

Programa de Concurso

PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO N.º 6/2025

(Nos termos do disposto na alínea a) ou b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos)

Cláusula 1

Objeto

O presente Caderno de Encargos tem por objeto a prestação de serviços especializados para o funcionamento da Piscina Municipal Coberta da Louçã, em obediência às cláusulas técnicas constantes do caderno de encargo

Cláusula 2

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Município da Louçã, pessoa coletiva número 50121528, com sede na Rua Dr. João Santos, 3200 – 953 LOUSÃ, com os seguintes contactos para efeitos do presente procedimento: números de telefone 239 990 370 e fax 239 990 381 e com o endereço de correio eletrónico geral@cm-lousa.pt, sítio: www.cm-lousa.pt.

Cláusula 3

Decisão de Contratar

A decisão de contratar, tomada por despacho de ~~Presidente~~ DA CÂMARA MUNICIPAL, em 9/3/2025

Cláusula 4

Consulta e fornecimento das peças do procedimento

O programa de concurso, o caderno de encargos e seus anexos encontram-se disponíveis na plataforma eletrónica de compras ACINGOV, alojada em www.acingov.pt, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Cláusula 5

Esclarecimentos e retificações

- 1 – Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são prestados pelo júri.
- 2 – Os pedidos de esclarecimento, retificação e alteração das peças procedimentais, devem ser solicitados durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, conforme referido no artigo 50.º do CCP, por escrito, através da plataforma eletrónica ACINGOV.
- 3 – Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica ACINGOV.
- 4 – Os esclarecimentos prestados, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica de compras e juntos às peças do procedimento, que se encontram patentes para consulta, sendo os interessados imediatamente notificados desse facto, de acordo com o art.º 50.º do Código dos Contratos Públicos.

Clausula 6

Admissão dos concorrentes

Podem apresentar propostas ao presente Concurso as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no art.º 55.º do CCP, e estejam técnica e economicamente habilitados à prestação dos serviços a adjudicar.

Clausula 7

Documentos que constituem a proposta

A proposta deverá ser constituída pelos seguintes elementos e documentos:

1. Documento Europeu Único da Contratação Pública – DEUCP, em substituição da Declaração do Anexo I ao CCP
2. Documento do qual conste:
 - Valor da mensalidade
 - Valor global
 - Prazo de entrega

3. O preço, que não deve incluir IVA, é indicado em algarismos e por extenso
4. A proposta deve mencionar (expressamente) que ao preço total acresce o IVA, indicando o respetivo valor e a taxa legal aplicável
5. Na proposta, o concorrente pode especificar aspetos que considere relevantes para a apreciação da mesma
6. A proposta terá de ser assinada pelo concorrente ou seus representantes
7. O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período mínimo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas
8. Os concorrentes deverão assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos que lhe associarem, de acordo com o art.º 54.º da Lei n.º 56/2015, de 17 de agosto.

Cláusula 8

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação, pelos concorrentes, de propostas variantes, nos termos do art.º 59.º do CCP.

Cláusula 9

Prazo de apresentação das propostas

As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas, até às 23h59m do 30.º dia (dias seguidos), a contar da data do envio do anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia, através da plataforma ACINGOV, devendo a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação da proposta.

Cláusula 10

Modo de apresentação de propostas

- 1 – Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada por este município – ACINGOV.
- 2 – A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico dessa receção.
- 3 – O modo de apresentação das propostas rege-se de acordo com o estipulado no art.º 62.º do CCP.
- 4 – Os documentos que constituem a proposta têm que ser redigidos em língua portuguesa.

Cláusula 11

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas durante um período de 66 dias úteis, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Cláusula 12

Abertura das propostas

A abertura das propostas terá lugar no primeiro dia útil imediato à data-limite para a entrega das propostas, procedendo o júri à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica de contratação pública – ACINGOV.

Cláusula 13

Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 dias úteis a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

- a)** Declaração do Anexo II ao CCP;
- b)** Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP;
- c)** Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
- d)** Comprovativo do registo de beneficiário efetivo no RCBE e respetivas atualizações;
- e)** Identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que detenham competência para a outorga do contrato escrito e documentação habilitante.

2. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um prazo adicional de 2 dias úteis destinado ao seu suprimento.

3. Os documentos de habilitação devem estar redigidos em língua portuguesa, ou ser acompanhados de tradução legalizada, nos termos da al) c) do n.º 1 do art.º 86.º do CCP.

Cláusula 14

Critério de adjudicação e desempate

1. A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, segundo a modalidade monofator, na qual o critério de adjudicação é densificado por um único aspeto da execução do contrato a celebrar "Preço", nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.
2. No caso de, após a aplicação do critério de adjudicação referido no ponto anterior, se verificar uma situação de empate, recorrer-se-á ao sorteio, nos termos da al. c) do n.º 5 do art.º 74.º do CCP.

O sorteio será público e presencial, em cujo ato participam todos os elementos efetivos do júri, bem como os representantes dos concorrentes, credenciados para o efeito, através de declaração da entidade que os habilite e permita a sua identificação.

O ato decorrerá em hora e dia a notificar através do canal de comunicações da plataforma de compras públicas, a ter lugar na sala de reuniões localizada no rés-do-chão do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua Dr. João Santos, 3200-953 Lousã.

O sorteio será puro, sem condicionantes, e obedecendo ao tipo "sorteio de bolas", nos termos da metodologia seguinte:

- a. As designações dos concorrentes serão inscritas em retângulos de papel com a dimensão de 75x50cm, que serão dobrados em quatro partes e introduzidos em cápsulas ovais opacas com abertura ao centro;
- b. As cápsulas referidas na alínea anterior serão depositadas num saco opaco, de forma a não ser possível vislumbrar o seu conteúdo;
- c. O número de cápsulas inserido corresponderá ao número de propostas a desempatar;
- d. Para efeitos da extração, o saco será agitado e o Presidente do Júri retirará uma cápsula de cada vez, sem dirigir o olhar ao saco, que é aberta, o papel desdobrado e exibido aos elementos presentes, até que todas tenham sido retiradas;
- e. A sequência de extração das cápsulas definirá a ordenação final das propostas para efeitos de adjudicação, equivalendo a primeira cápsula ao primeiro lugar e assim sucessivamente.
- f. O Presidente do júri anunciará o resultado e o sorteio é dado por encerrado.

Findo o ato, será lavrada ata do sorteio, assinada por todos os elementos do júri e representantes dos concorrentes presentes. Se qualquer um dos representantes dos concorrentes recusar firmar a ata, constará desta referência ao incidente.

Cláusula 15

Prestação da caução

Uma vez que o preço contratual previsto para o presente procedimento de aquisição é inferior a 500.000,00€, não é exigida a prestação de caução, nos termos previstos na al. a) do n.º 2 do art.º 88.º d CCP.

Cláusula 16

Adjudicação por lotes

A adjudicação do presente procedimento de aquisição não será realizada por lotes, uma vez que, por imperativos técnicos e funcionais, a gestão de um único contrato revela-se mais eficiente para a entidade adjudicante.

Cláusula 17

Outorga do contrato escrito

O contrato será reduzido a escrito em data conveniente para as duas partes e após a aceitação da minuta pelo adjudicatário.

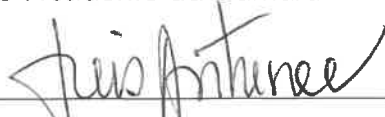
Cláusula 18

Legislação aplicável

Em tudo quanto for omissa no presente programa de concurso, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, e demais legislação aplicável.

Lousã, 9 de julho de 2025

O Presidente da Câmara



(Luís Antunes)